

Evangelizar pela arte

CARLOS ALBERTO DA GRAÇA GODINHO*

Resumo

Depois de algumas considerações sobre a capacidade evangelizadora da arte, este estudo apresenta o que a doutrina da Igreja diz sobre o assunto. E não é pouco! São o primeiro e o Segundo momento do artigo.

Num terceiro momento, reflete sobre o património artístico, a partir das categorias de mediação, fruição e encontro, para concluir que “conscientes da sua dimensão simbólica, que nos remete, na sua significação, para além do realmente visível, mediante uma experiência íntima de comoção e emoção, que nos deslumbra, o património artístico da Igreja gera uma possibilidade de diálogo íntimo, onde se estabelece o verdadeiro encontro com o transcendente: com o amor do Pai, revelado no rosto do Filho – o fim de toda a evangelização. Permitindo que cada pessoa possa dizer, hoje, como Santo Agostinho, no seu íntimo: ‘Tarde Vos amei, ó Beleza tão antiga e tão nova. (...) Eis que habitáveis dentro de mim, e eu lá fora a procurar-Vos!’”.

Palavras chave: arte, evangelização, mediação, fruição, encontro.

Abstract

After some considerations about the evangelizing capacity of art, this study presents what the Church's doctrine says about the subject. And it's no small thing! They are the first and second moment of the article.

In a third moment, it reflects on the artistic heritage, from the categories of mediation, fruition and encounter, to conclude that “conscious of its symbolic dimension, which brings us back, in its significance, beyond the really visible, through an intimate experience of the artistic heritage of the Church generates a possibility of intimate dialogue, where the true encounter with the transcendent is established: with the love of the Father revealed in the face of the Son - the end of all evangelization. Allowing each

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Diretor da Obra Nacional da Pastoral do Turismo

person to say, today, as St. Augustine, in his intimate: 'Afternoon I loved you, O Beauty so old and so new. ... Behold, they are habitable within me, and I outwardly seek Thee!''.

Key words: art, evangelization, mediation, fruition, encounter.

Introdução

Profundar a relação entre a arte e a evangelização pressupõe que estabeleçamos o nexos entre conteúdo e continente, particularmente quando nos referimos à arte sacra, em sentido restrito, ou à arte sagrada, em sentido mais amplo. Isto porque a Igreja necessita da arte como conteúdo da sua ação e da sua expressão e o agir da Igreja é todo ele evangelizador. Como refere o Papa Paulo VI, na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, «a comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima – vida de oração, ouvir a palavra e o ensino dos Apóstolos, caridade fraterna vivida e fração do pão – não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunho, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar e a atividade de cada um é importante para o todo» (EN, 15). A arte, particularmente aquela que se funda na revelação e a expressa em contexto eclesial, é também parte deste todo, servindo o fim principal da Igreja - a evangelização; conscientes de que a atividade missionária da Igreja dimana intimamente da sua própria natureza (cf. *Ad Gestes*, 6) que, chamada a «ser sacramento universal de salvação» (cf. AG, 1; cf. *Lumen Gentium*, 1), é enviada «a anunciar o Evangelho a todos os homens» (AG, 1).

Ora, atendendo a este pressuposto, da relação íntima entre arte e evangelização, detenhamo-nos na consideração dos seguintes aspetos: a arte, suas concepções, simbologia e virtualidade evangelizadora; a evangelização pela arte, na doutrina da Igreja; e, por fim, o património artístico, enquanto mediação, fruição e encontro com o transcendente, com enfoque numa dimensão essencialmente prática.

Nesta exposição serve-nos de fonte alguma bibliografia e documentação diversa sobre as teorias da arte e sua expressão; alguns documentos do Concílio Vaticano II e outros documentos pós-conciliares: dos Sumos Pontífices e da Cúria Romana. A que se somam, nas notas finais, breves indicações pastorais, fundamentadas no magistério universal e da Igreja em Portugal.

1. A ARTE – DO CONCEITO À VIRTUALIDADE EVANGELIZADORA

No intuito de estabelecer a relação entre arte e evangelização, convém compreender primeiramente o que é a arte e qual a sua função. Tarefa nada

fácil, porquanto existem várias definições de arte e nenhuma delas logra reunir consensos dos seus teóricos. Sabendo ainda que a conceção de arte foi sofrendo oscilações muito significativas ao longo dos tempos. Segundo Manuel Antunes, o próprio termo «arte» é considerado uma «abstração», que se materializa em certos objetos, «aos quais se apõe o qualificativo de “artístico”, em determinados contextos culturais». E para Jesús Álvarez, nenhuma das definições de arte lhe serve como definitiva, pois, como refere, «à arte não se lhe podem por fronteiras muito exatas», porque os caminhos que conduzem a esta «afetam mais a sensibilidade do que o entendimento».

As teorias da arte enquadram-na em vários campos teóricos, distintos entre si: «essencialistas», «psicológicos», «institucionais» e «individualistas». Se, para uns, o fenómeno artístico se expressa por um conjunto de condições a que um objeto deve obedecer, para poder considerar-se como arte, como é próprio dos essencialistas, subdividindo-se esta teoria em três grandes conjuntos: «a arte como representação», como «expressão» e como «forma»; já para outros, como Collingwood, a arte insere-se na perspectiva da necessidade psicológica do homem, procurando este uma expressão para as suas emoções, cumprindo então a arte o papel de autoconhecimento, «ao proporcionar um contacto especial com a ordem dos sentimentos e das emoções». Para outros, ainda, a simples criação é suficiente para «justificar a produção artística», não carecendo de mais justificações. É a tese da «arte pela arte».

Sem nos determos nestas múltiplas interpretações do fenómeno artístico, recolhemos, todavia, alguns contributos que nos são essenciais para a compreensão do objeto artístico e sua respetiva função. Desde logo, Goodman, representante do neo-representacionalismo, na abordagem que faz da arquitetura, é muito claro ao afirmar que «um edifício é uma obra de arte apenas na medida em que significa, representa, refere, ou simboliza de alguma forma». E, para George Dickie, defensor da abordagem institucional, «as obras de arte são o resultado da posição que ocupam dentro de um enquadramento ou de um contexto institucional». É a afirmação da denominada «teoria *contextual*». Já Collingwood defende que a obra de arte provoca uma emoção no íntimo da pessoa, sem que ela possa explicá-la. Essa emoção leva-a a dizer, frequentemente: «eu sinto»; mas sem saber exatamente o que sente. Não obstante, considere que a partir do momento em que o sujeito expressa a sua emoção, ela deixa de ser inconsciente, passando para o domínio do inteligível e expressável.

Ora, sem querer forçar as teorias da arte, podemos concluir que toda a obra de arte é representação e símbolo, não obstante alguns artefactos que possam visar simplesmente uma utilização prática; inserida em contextos institucionais, mas igualmente geográficos e cronológicos; e provocando um sentimento de estupefação e admiração – a emoção – no público a quem se destina. Sabendo,

efetivamente, que toda a obra de arte é destinada a um público, a quem é apresentada, como nos indica, entre outros, George Dickie. Sublinhando-se ainda a afirmação de que toda a obra de arte é «forma e função». Abrindo-se esta última – a função – a fins muito diversos, em conformidade com a «teleologia» e a «teleonomia» do objeto considerado como estético.

A arte sagrada, em sentido mais amplo, enquanto pertencente ao culto privado, fora dos templos; e a arte sacra, em sentido mais restrito, destinada ao culto público, participam destas mesmas propriedades: contextualizadas, são representação e símbolo, exercendo admiração e emoção sobre quem as utiliza e delas é capaz de fruir. Atendendo globalmente à arte cristã, sobre a qual nos detemos agora, podemos dizer que, para a compreensão dos seus diversos elementos, necessitamos de enquadrar cada um dos seus objetos nos contextos em que surgiram; conscientes ainda de que provindo do mais íntimo do homem, eles participam «daquela evasão do tempo e do espaço, que é condição do espiritual», requerendo a sua dimensão simbólica, enquanto verdadeira transcendência que ali se expressa, nessa realidade que, na «bipolaridade» do visível e invisível, que o símbolo consegue conjugar, é essencial à experiência religiosa, já que «crer é ver uma parte daquilo que permanece oculto». Na arte, de facto, a sua qualidade simbólica consiste em não ser reduzida a um esquema significativo; mas, sim, a uma significação já «implícita na formatividade em que se nos apresenta». E mais do que uma percepção racionalista do objeto artístico, enquanto explicação deste, acedemos-lhe particularmente através da nossa sensibilidade – a emoção e o afeto -, mediante a qual nos é facultado o acesso à sua interioridade, conscientes de que a expressão artística é «bifronte»; isto é, remete a esse algo mais do que o sensível.

É nesta perspectiva que vários autores fundamentam a criação artística na sua analogia com a criação divina e com o mistério da encarnação e da redenção em Cristo. Jesús Álvarez, ao referir-se à criação artística, apresentando o homem como cocriador, atendendo a que apenas Deus cria a partir do nada e que o homem continua a criação de Deus, diz-nos que tal como a imagem de Deus está impressa no homem, desde a sua criação, por vontade divina; assim, o homem, no seu todo, está impresso na obra de arte que nasce das suas mãos. Ou, ainda, como refere Alois Halder, enquanto criação de Deus «ex nihilo», o mundo ostenta uma estrutura artística e técnica, ao ponto de considerar que da «*ars divina*» participa a «*ars humana*». Já no que se refere à analogia com o mistério de Cristo, é o Conselho Pontifício para a Cultura quem afirma que «a encarnação do Filho de Deus é o fundamento da imagem cristã». Sendo Cristo a imagem do Deus invisível, é Ele quem no-la dá a conhecer. Daí que «a contemplação de Cristo, no Seu mistério de encarnação e de redenção, é a fonte viva na qual os artistas cristãos colhem a sua inspiração para dizer o mistério de Deus e o mistério do homem salvo em Jesus Cristo». E o Papa Bento XVI, numa

abordagem à relação entre a Palavra de Deus e a cultura, expressa que tal relação se evidencia, de modo muito particular, no mundo da arte (cf. *Verbum Domini*, 112). Em sintonia, de resto, com o Papa João Paulo II que, já antes, citando alguns autores, havia afirmado que a Sagrada Escritura é um «dicionário imenso» e um «atlas iconográfico», onde beberam a arte e a cultura cristã, transformando-se numa fonte de inspiração.

Assim não estranharemos que a arte cristã possa ser considerada, a seu modo, um «verdadeiro lugar teológico», como indica o padre Chenu, entre outros, porquanto ela é um autêntico testemunho da fé vivida.

Podemos concluir, então, que a arte é um meio singular de evangelização. Ela permite o aprofundamento da fé, a evangelização das culturas, e o diálogo com os não crentes, sobretudo com aqueles que, incapazes de receber o ensinamento da Igreja de outra forma, acedem à fé pela «via da beleza».

2. EVANGELIZAR PELA ARTE, NA DOCTRINA DA IGREJA

O Papa Bento XVI, na sua Carta Encíclica *Deus caritas est*, afirma que «no início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo» (DCE, 1). Com esta afirmação, o Papa coloca-nos diante da prioridade do amor de Deus, que vem ao nosso encontro, e da resposta humana a esse amor. À percepção íntima e à experiência deste amor, que conduz a um dinamismo relacional, pode chegar-se de múltiplas formas. A arte sacra e a arte religiosa, a par dos demais instrumentos de evangelização na Igreja, desempenham aqui uma função própria e singular, quando permitem, a partir do objeto artístico criado, perceber a presença do seu significado íntimo, abrindo, ao fruidor, a experiência interior do encontro, onde Deus se pode comunicar, na Sua graça e benevolência. Em tal contexto, a arte desempenha a função mediadora, neste encontro entre o homem e Deus.

A doutrina da Igreja aponta-nos este *telos* último da arte, mesmo quando ela se cria em ordem à sua função prática. Os documentos do magistério eclesial assentam tal finalidade num conjunto de conteúdos que podemos elencar, desde já, nas seguintes ideias fundamentais: a arte como expressão e encontro com a beleza e a verdade, a beleza transcendente que permite o acesso ao mistério; a dimensão simbólica da arte, enquanto reflexo do mistério e procura do infinito; a arte como mediação e abertura à universalidade da salvação, caminho para Deus, instrumento de aproximação à fé e antevisão da «nova Jerusalém»; a obra de arte ao serviço da experiência da vida cristã, inclusive da mistagogia; a necessidade, nos tempos modernos, de se proceder a uma reaproximação entre

arte e a fé; e a arte como caminho de evangelização das culturas. Naturalmente sem descuidar, como se deixa subentendido, a dimensão prática de certos objetos artísticos, cuja finalidade primeira é servir, com «dignidade e beleza» (*Sacro-sanctum Concilium*, 122), para o «esplendor do culto» (SC, 122). Ao ponto de o Concílio Vaticano II propor mesmo, para atingir este desiderato, a constituição de «Escolas» ou «Academias» para a formação de artistas (SC, 127); e que os candidatos ao sacerdócio sejam instruídos «na história e evolução da arte sacra», bem assim como nos princípios que a fundamentam (SC, 129).

Na impossibilidade de nos determos em todos os aspetos enunciados, atentemos ao aprofundamento da arte como expressão da beleza e da verdade, abertura ao transcendente e meio singular do encontro do homem com Deus; para a compreendermos como meio privilegiado de evangelização.

A Constituição *Sacro-sanctum Concilium*, do Vaticano II, ao referir-se às artes, aponta-nos, do seguinte modo, as suas finalidades: «pela sua natureza têm em vista exprimir de algum modo, através de obras humanas, a infinita beleza divina, e tanto mais serão dedicadas a Deus e contribuirão para seu louvor e glória, se não tiverem outro fim senão o de contribuir o mais possível para que os espíritos dos homens piedosamente se voltem para Deus» (SC, 122). Expressão de que podemos reter três notas fundamentais: as obras de arte sagrada servem para exprimir a beleza divina; através das obras humanas; para conduzir os homens à sua relação com Deus. Apresentando-se, assim, uma primeira síntese dessa sua finalidade.

O Concílio introduz um conceito que o magistério pós-conciliar desenvolveu, fazendo-nos entrar no âmago da natureza da obra artística: o conceito de beleza. Mas a Igreja não se detém numa dimensão meramente estética da beleza em si, enquanto «um simples prazer dos sentidos», ou unicamente como «fruição gozosa»; considera, sim, a beleza como expressão da «verdade» e do «bem», condições fundamentais para nos apropriarmos da sua universalidade e valor supremo, que é «altamente transcendente». Daí que o Papa João Paulo II, na sua *Carta aos Artistas*, datada de 1999, considere que «a beleza é a expressão visível do bem, do mesmo modo que o bem é a condição metafísica da beleza». Com esta visão da arte, baseada na intuição de que a beleza não é fim em si mesma, mas sim «instrumento» e «modalidade» da visão do Ser, compreendemos, então, que a beleza, em sentido pleno, é Deus, «Beleza Suprema», revelada em Jesus Cristo, a verdadeira «Beleza da Santidade Encarnada», que Deus oferece à humanidade para a sua salvação. O mistério da encarnação, nas palavras do Papa João Paulo II, introduz na história da humanidade toda «a riqueza evangélica da verdade e do bem», abrindo assim lugar à compreensão de uma nova dimensão da beleza, expressa em toda mensagem do Evangelho.

Partindo daqui, a Igreja propõe-nos, então, a *Via Pulchritudinis*; experiência simples de encontro com a beleza, que causa assombro e emoção, dispondo o

coração dos homens, particularmente dos não crentes, para o encontro com Deus e a sua revelação plena em Jesus Cristo, que é «caminho, verdade e vida» (Jo 14, 6). Quais novos «Agostinhos do nosso tempo», nas palavras do Conselho Pontifício para a Cultura, os não crentes são convidados, pela *Via Pulchritudinis*, a viver a «busca insaciável do amor, da verdade e da beleza», elevando-se «da beleza sensível à beleza eterna», para que possam descobrir, «com fervor», «o Deus Santo Artífice de toda a beleza». Assim, a *Via Pulchritudinis* é um excelente caminho de evangelização. É que a beleza, «contemplada com ânimo puro», «fala diretamente ao coração, eleva interiormente da estupefação ao maravilhamento, da admiração à gratidão, da felicidade à contemplação». Conscientes, ainda, de que a *Via Pulchritudinis* responde àquele desejo íntimo de felicidade que se esconde no mais profundo do coração humano, abrindo-lhe novos horizontes, fazendo-o passar do «efêmero instante que passa», ao «Transcendente e ao Mistério», fim último desse desejo de felicidade e de absoluto, que o homem pode encontrar nessa beleza original «que é o próprio Deus, criador de toda a beleza criada». Neste sentido, como refere ainda o Papa João Paulo II, a arte «constitui uma espécie de ponte que leva à experiência religiosa» e «o artista torna-se a voz da esperança universal de redenção».

Compreendemos, então, como a arte é, efetivamente, um meio privilegiado de evangelização. Atendendo a que a *Via Pulchritudinis*, partindo do objeto artístico, tem, como se afirmou, esta virtualidade de atingir o homem no seu âmago, conduzindo-o do apreço pela beleza visível à percepção do mistério de Deus e do seu próprio mistério humano. Tarefa que incumbe depois à Igreja dinamizar, nesse esforço contínuo de ajudar os homens e mulheres do nosso tempo a passarem do simples encontro com o belo ao encontro com a beleza do Evangelho de Cristo, «que a Igreja deve, pela sua missão, anunciar a todos os homens de boa vontade». De um modo particular, quando se apresenta ao público uma obra de arte inspirada pela fé, enquadrada na sua função religiosa, esta revela-se como uma «via» ou um «autêntico caminho de evangelização e de diálogo», porquanto, para além de ser expressão do património vivo da Igreja, ela traduz o próprio mistério da fé cristã.

Neste contexto da evangelização pela arte, são bem expressivas as palavras do, então, Cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Comissão Especial para a elaboração do *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*: «A partir da secular tradição conciliar, aprendemos que também a imagem é pregação evangélica. Os artistas de todos os tempos ofereceram à contemplação e à admiração dos fiéis os factos salientes do mistério da salvação, apresentando-os no esplendor da cor e na perfeição da beleza. Isso é um indício de como hoje, mais que nunca, na civilização da imagem, a imagem sagrada pode exprimir muito mais que a própria palavra, uma vez que é muito mais eficaz o seu dinamismo de comunicação e de transmissão da mensagem evangélica». Deixando-nos depois, já

na qualidade de Sumo Pontífice, a exortação a utilizarmos os «tesouros da arte que exprimem a fé e nos exortam à relação com Deus», presentes em todas as cidades e povoados, no mundo inteiro, não só como ocasião de enriquecimento cultural, mas sobretudo como «um momento de graça», permitindo que «o raio de beleza que nos atinge, que quase nos “fere” no íntimo», nos conduza a elevarmo-nos «rumo a Deus».

3. PATRIMÓNIO ARTÍSTICO – MEDIAÇÃO, FRUIÇÃO E ENCONTRO

A mediação da arte cristã, no processo evangelizador da Igreja, é hoje tanto mais importante quanto nos encontramos, na Europa, num contexto sociocultural que tende a pressupor a superação do cristianismo, olhando-o com relativa indiferença. Na verdade, passámos da Europa de «raízes cristãs», enquanto um dos fundamentos da sua identidade, para uma nova visão sociocultural europeia, fundamentada quase exclusivamente na razão humana, em que mesmo os valores cristãos, que ainda se conservam, detêm agora uma fundamentação puramente imanente; num processo de secularização que nega toda a transcendência, como recorda o Papa Francisco, e remete a Igreja e a vivência da fé para o âmbito do privado e do íntimo (*Evangelii Gaudium*, 64). Mesmo que, paradoxalmente, esta Europa necessite, para além do reconhecimento dessa sua herança cristã, de «decidir novamente o seu futuro no encontro com a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo», como bem recordou o *Sínodo dos Bispos especial para a Europa*, em 1991. Ora, é neste contexto sociocultural e religioso que a Igreja deve saber, à imagem do pai de família do Evangelho, retirar do seu tesouro todas as coisas novas e velhas (cf. Mt 13, 52), pondo-as ao serviço da sua missão. Neste sentido, para além dos novos instrumentos de evangelização, de que dispõe, a Igreja deve valer-se do seu património artístico para uma nova evangelização. Se, no passado longínquo, em tempos de escassa alfabetização, as obras de arte, inspiradas na Bíblia, constituíram «um meio concreto de catequização»; hoje desempenham uma missão similar, não já pela incapacidade de domínio das letras, mas sim pela necessidade existencial de interpelar a pessoa quanto ao sentido profundo da sua vida e da sua história, onde se abre o horizonte da fé. É que, como refere o Papa João Paulo II, «toda a forma autêntica de arte é, a seu modo, um caminho de acesso à realidade mais profunda do homem e do mundo», ao mesmo tempo que constitui «um meio muito válido de aproximação ao horizonte da fé, onde a existência humana encontra a sua plena interpretação».

Assim, para que a arte cristã desempenhe esta sua função, ao serviço da evangelização, é fundamental que se salvaguardem três princípios essenciais: a contínua aliança entre a arte e a Igreja; a necessária conservação do património artístico religioso; e a legítima fruição deste património pelo público, a quem se destina.

No que respeita ao primeiro aspeto, não obstante a dimensão «secular» da arte, que conduziu mesmo, no período que media entre os alvores da época moderna e a atualidade, a uma progressiva separação entre a arte e a fé, bem como a um menor interesse pelos temas religiosos; urge incrementar hoje esta reaproximação, sabendo que a Igreja sempre nutriu grande apreço pelo valor da arte; reconhecendo, inclusive, o valor singular das novas formas artísticas, adequadas à nossa cultura contemporânea (cf. GS, 62). Aliás, o Papa Bento XVI sublinha esta importância da arte, não obstante a insira particularmente no serviço da celebração litúrgica e da mistagogia, ao considerar que a expressão viva da beleza conduz ao «enlevo pelo mistério de Deus», manifesta a unidade da fé e reforça a devoção (SC, 41).

A inventariação e conservação do seu património tem sido uma outra preocupação contínua da Igreja, consciente da importância do seu valor histórico-cultural e da sua riqueza para o «desempenho cabal da sua missão». Assim, mais que uma vez, a Igreja, em Portugal, reafirmou a necessidade de inventariação do seu património, a sua reta conservação, o recurso a meios modernos de segurança, bem como à formação dos agentes pastorais, para que o património desempenhe a sua missão própria.

Mas tudo isto em função da respetiva finalidade do património histórico-cultural eclesial e em conformidade com a própria missão da Igreja, em que se sublinha o culto, a catequese, o exercício da caridade, a memória histórica e a identidade da comunidade eclesial. De que podemos relevar, sem omitir as demais, esta dupla finalidade deste património eclesial: o seu serviço ao culto e à evangelização.

A fruição do património da Igreja, por parte das comunidades, compreende uma multiplicidade de ações, que vão desde a sua utilização viva, no culto, à simples visita, ou até ao seu estudo e respetiva exposição académica. Todavia, em linha com o que viemos considerando anteriormente, também a Igreja, em Portugal, reafirma as virtualidades evangelizadoras do património eclesial. Já em 1990, os bispos portugueses explicitavam assim esta sua convicção: «A Igreja em Portugal deseja tornar o seu património devidamente acessível, na convicção de que ele é um precioso meio de evangelização». Pelo que se compreende semelhante afirmação, na mesma nota dos bispos portugueses, no sentido de o disponibilizar a toda a comunidade: «o património cultural religioso não existe para permanecer fechado, em depósitos inacessíveis, em torres de marfim habitadas só por alguns escolhidos; deve ser colocado ao serviço de toda a comunidade, embora pelas formas e vias consideradas mais adequadas a cada caso». Ora, só assim, permitindo o acesso a este património, devidamente aberto ao público, com horários claramente definidos, necessariamente conciliados com as celebrações litúrgicas ou outras, o património artístico da Igreja pode servir verdadeiramente a evangelização. Urge, portanto, pôr em prática estas

diretivas da Igreja em Portugal, para que, também entre nós, e especialmente na hora presente, este património cumpra a missão que lhe é própria.

Conscientes da sua dimensão simbólica, que nos remete, na sua significação, para além do realmente visível, mediante uma experiência íntima de comoção e emoção, que nos deslumbra, o património artístico da Igreja gera uma possibilidade de diálogo íntimo, onde se estabelece o verdadeiro encontro com o transcendente: com o amor do Pai, revelado no rosto do Filho – o fim de toda a evangelização. Permitindo que cada pessoa possa dizer, hoje, como Santo Agostinho, no seu íntimo: «Tarde Vos amei, ó Beleza tão antiga e tão nova. (...) Eis que habitáveis dentro de mim, e eu lá fora a procurar-Vos!».